

## **A administração Evo Morales no contexto da formação histórica boliviana**

*Leonardo Luiz Silveira da Silva<sup>1</sup>*

### **Resumo**

O artigo apresenta um breve histórico da formação territorial boliviana, contextualizando a ascensão do governo Evo Morales como um produto da evolução política e social do país. O esforço em questão visa relativizar interpretações relativamente comuns acerca da política doméstica boliviana que utilizam como sustentáculo interpretativo uma única realidade utópica histórico-evolutiva.

**Palavras-Chave:** Formação Territorial; História; Evo Morales.

### ***The Evo Morales administration in the context of Bolivia's historical formation***

### **Abstract**

This article presents a brief history of the Bolivian territorial formation intending to contextualize the Evo Morales government rising as a product of social and political developments in the country. The effort in question seeks to relativize common interpretations of the Bolivian domestic policy using as interpretive mainstay a single historical-evolutionary utopian reality.

**Keywords:** Territorial Formation; History; Evo Morales.

### **Introdução**

O presente artigo visa apresentar um breve histórico da formação territorial boliviana para situar as políticas de Evo Morales no desenvolvimento histórico do país. Esta iniciativa pretende apontar que muitas das ações do governo Evo Morales se posicionam como respostas ao desenrolar da história do país, servindo de alerta para que as interpretações de analistas externos não considerem um único processo linear histórico-evolutivo ao fazerem julgamentos acerca *status quo* político da Bolívia contemporânea.

---

<sup>1</sup> Mestre em Relações Internacionais (PUC-MG), Doutor em Geografia- Tratamento da Informação Espacial (PUC-MG). E-mail: leoluizbh@hotmail.com

### **A formação territorial boliviana**

A ocupação espanhola da América Andina, bem como do espaço que hoje é conhecido como o território boliviano, ocorreu no início do século XVI no contexto do mercantilismo e do metalismo. O domínio territorial sobre as áreas mineradoras foi facilitado, a despeito dos povos que faziam daquele espaço seu território, pelas conturbações políticas dos ameríndios. Os incas enfrentavam um problema relacionado à linha sucessória de Huayna Capac, morto em 1527. Os aimarás, por sua vez, além de estarem diante do poderoso exército espanhol, enfrentavam ainda o fato de uma parcela importante do seu povo colaborar com os europeus (REYES, 2009). A despeito da destruição do Império Inca, certas estruturas indígenas relacionadas ao trabalho compulsório e a subordinação ao poder central foram mantidas devido a sua utilidade para a constituição de uma economia colonial baseada em enclaves mineiro-exportadores (REYES, 2009). A ocupação espanhola foi politicamente incentivada pelo estabelecimento da linha do Tratado de Tordesilhas (1494), assinada pelo papa Alexandre VI, que agradava as duas potências europeias do período. Do ponto de vista moral, a ocupação da América era justificada pelo senso da missão civilizadora, que trazia a ideia de que a conversão dos nativos era um favor e um dever dos europeus.

Totalmente inserido nas terras que deveriam ser da Espanha na ótica do Tratado de Tordesilhas, a porção do espaço andino da América do Sul que hoje corresponde a uma parcela do atual território boliviano teve a sua territorialização facilitada pela exploração da prata e projetou sua influência sobre os espaços adjacentes. A cidade de Potosí, fundada em 1546 e que está encravada a pouco mais de 4.000 metros nos Andes, tornou-se o epicentro do metalismo espanhol. A atração populacional que a cidade exercia fez com que, no início do século XVII, a mesma pudesse desfrutar da posição de segunda maior cidade do mundo a sua época. A logística que envolvia a retirada da prata da cidade andina e o envio da mesma à Europa contribuiu para o estabelecimento de redes que ajudaram a criar um espaço territorializado a serviço dos interesses dos exploradores. Estas redes contribuíram para a construção daquilo que seria o território do Estado boliviano, que se tornaria independente a partir do primeiro quartel do século XIX. Em Potosí, o crescimento vertiginoso da população exigia um suporte externo para manter as

atividades mineradoras. Afinal, na cidade andina muito pouco era produzido, quase tudo vinha de fora, incluindo, neste rol, o abastecimento alimentar.

No contexto do esgotamento mineral, do enfraquecimento relativo da Espanha frente à ascensão de outras potências europeias e da independência de outros Estados latino-americanos, ocorreu a independência da Bolívia. O evento em questão consolidou-se em 11 de Agosto de 1825, cerca de três anos após a independência do Brasil. O primeiro presidente boliviano foi o venezuelano Simon Bolívar<sup>2</sup> que governou de maneira transitória o país no primeiro semestre após a independência, sendo este um motivo de grande orgulho nacional (haja visto que o nome do país homenageia um dos principais ícones das repúblicas que surgiam na América do Sul). Um dos grandes legados do pensamento bolivariano foi a união política dos países de colonização espanhola, que inspirou a formação da Grã-Colômbia, e posteriormente, da Confederação Peru-Boliviana (1836-1839), que foi uma breve experiência de criação de um Estado confederado que incluía a porção norte do atual Peru (Estado Norte-Peruano), bem como a porção sul (Estado Sul-Peruano e a Bolívia). Apesar da instabilidade política da Confederação Peru-Boliviana (o norte do Peru se movimentou a favor da restauração da independência do país), o novo território, que surgiu a partir da união política dos dois países sul-americanos, encontrou na figura de Andrés de Santa Cruz um excelente articulador político, que conseguiu controlar inicialmente as diversas demandas dos opositoristas. Contudo, o Chile e a Argentina viam na Confederação uma ameaça aos seus interesses, e depois de desentendimentos comerciais entre o Chile e a Confederação, tem início uma guerra envolvendo os três Estados. A Confederação é desfeita em 1839, a partir do decreto do presidente peruano Augustin Gamarra, que pôs fim à guerra.

Do ponto de vista da sua formação territorial, a Bolívia é vista como um Estado-tampão entre a Argentina e o Peru, pois a elite da cidade de Lima tinha na construção do Estado boliviano um anteparo para a agressividade argentina. O país platino se opunha fortemente a ideia de construção de um grande país sul-americano (a partir dos propósitos de Bolívar) e mostrava-se atento as mudanças na

---

<sup>2</sup> Bolívar acumulou cargos políticos na América espanhola, tendo sido também presidente da Venezuela por dois mandatos (1813-1814 e 1819), da Grã-Colômbia (território que incluía os atuais Estados da Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá) (1819-1830), da Bolívia (1825) e do Peru (1824-1827). Bolívar faleceu em 17 de Dezembro de 1830.

balança de poder regional que pudessem ameaçar o seu *status quo* político na região (REYES, 2009).

A posição boliviana mostrou-se bastante desconfortável no primeiro século após a independência, período marcado por fortes tensões fronteiriças no país. A Guerra do Pacífico (1879-1884) deu início a diversos conflitos que impuseram perdas territoriais notáveis à Bolívia, criando chagas ainda não cicatrizadas no pensamento diplomático e geopolítico boliviano, bem como no seio de sua sociedade.

Para se compreender a dinâmica da dilapidação do território boliviano, deve-se analisar a sua constituição física no plano intranacional. Nesta análise estaremos diante de inúmeras dificuldades de conexão e imposição de redes no espaço boliviano (as redes são formidáveis agentes de territorialização), marcado pelos inúmeros acidentes geográficos. Por outro lado, “deve-se destacar que as suas vastas riquezas naturais, ao mesmo tempo em que impulsionaram o desenvolvimento do país, também bafejaram a cobiça dos vizinhos”. (DINIZ; CAMPOLINA, 2006, p.522). Tal argumento serve para a compreensão dos interesses dos brasileiros nos seringais bolivianos do Acre e do interesse chileno no salitre e, posteriormente, no cobre da antiga costa boliviana. O país ainda conta com reservas de gás e petróleo que foram almejadas por argentinos e paraguaios. Na contemporaneidade, o departamento de Santa Cruz, por exemplo, recebe investimentos brasileiros que visam à exploração destes recursos energéticos.

### ***A Guerra do Pacífico***

A Guerra do Pacífico foi o conflito que trouxe mais cicatrizes para o pensamento geopolítico boliviano, por ter causado a perda da saída marítima. A guerra em questão é oriunda de mudanças regionais provocadas no então litoral boliviano (hoje norte chileno) que foram colocadas em voga a partir de 1842. A região em questão era tida como um anecúmeno e desprovida de valor econômico. Contudo, desde a independência boliviana, a área era tratada como território prioritário para o governo boliviano, sobretudo por representar sua única saída marítima. A dificuldade de desenvolvimento econômico e de povoamento da região pode ser sintetizada com o seguinte registro:

Nos primeiros anos do século XIX, a nascente república da Bolívia fez grandes esforços para desenvolver Cobija<sup>3</sup>, por esta ser então a sua única saída marítima e contato com o exterior. Em meados do século XIX este porto recebeu uma população de 3.000 pessoas. Uma série de desastres naturais, pestes e uma guerra terminam com estas intenções e Cobija é abandonada, tendo suas casas e porto desmantelados. (CASTRO; ALDUNATE; VARELA, 2012, p.100, TRADUÇÃO NOSSA).

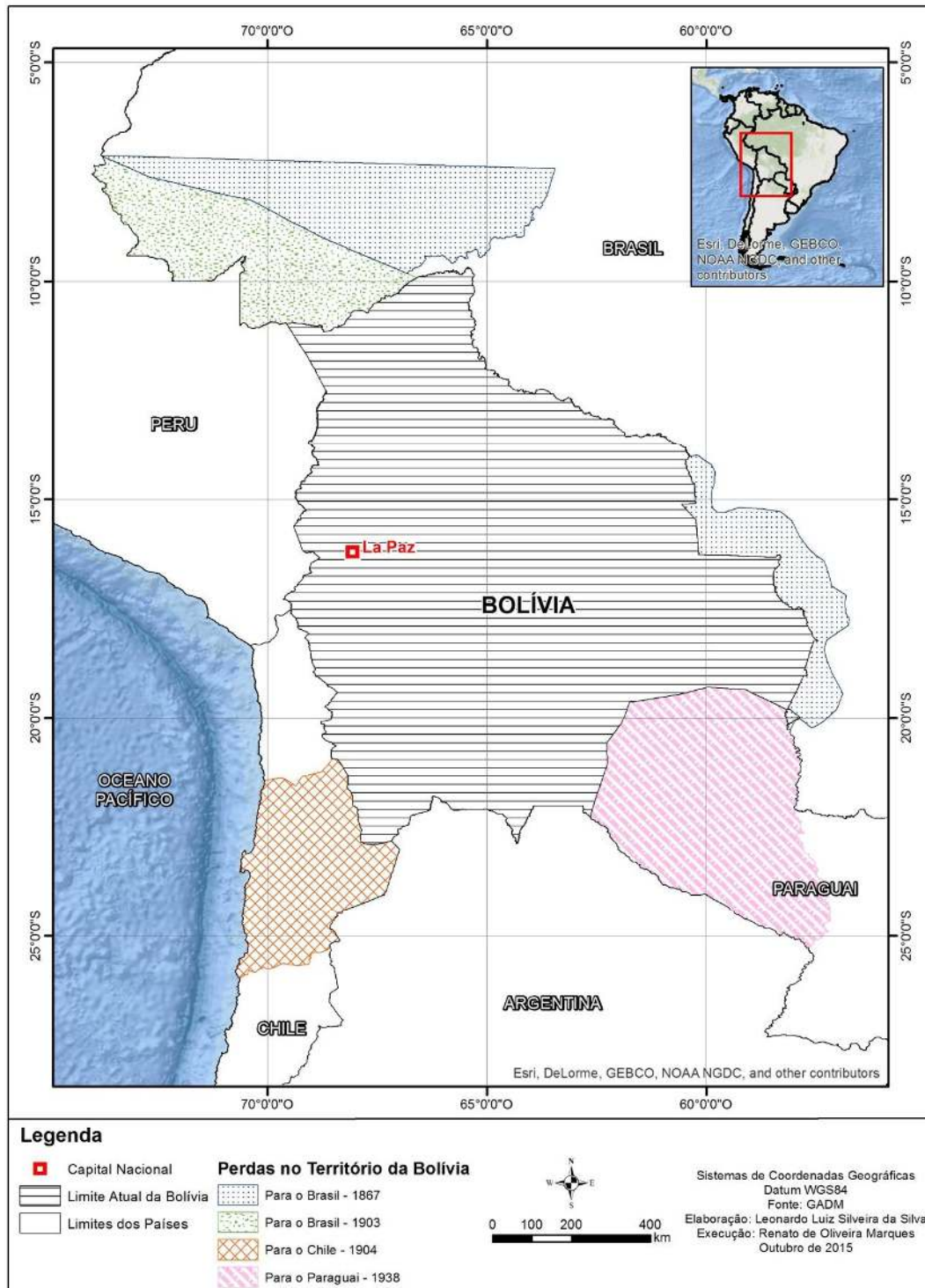
Por um lado, a Bolívia apresentou dificuldades de ocupar a sua porção litorânea, e por outro, os chilenos foram motivados a, paulatinamente, ocupar a região ao norte de Antofagasta (porção extremo-setentrional do atual Chile). O fato da área ter sido considerada por muito tempo um deserto sem atratividade econômica fez com que os limites entre Bolívia e Chile não fossem muito esclarecidos. Tudo mudou a partir de 1842, em função da descoberta da aplicabilidade agrícola do nitrato de sódio (salitre) e do guano (adubo rico em nitrogênio, proveniente das fezes de aves migratórias) presentes na região (REYES, 2009). Tal descoberta incentivou a exploração econômica chilena, deixando a Bolívia em posição desconfortável. Em 1878, o governo boliviano decidiu aumentar os impostos sobre o salitre exportado pelos chilenos para a Inglaterra, o que levou ao estado de guerra (KLEIN, 2011). O Peru, que também possuía uma parte do seu território inserido na área em questão, lutou ao lado da Bolívia. Com o triunfo chileno, o conflito teve como resultado a subtração de cerca de 120.000 quilômetros da Bolívia (e também perdas peruanas), tornando-se ainda hoje fonte de contestação boliviana. A recuperação da saída marítima perdida neste conflito pertence não somente ao pensamento da alta diplomacia, mas, a todo o seio da sociedade boliviana.

Existe um acordo em vigor entre o Chile e a Bolívia que permite o livre trânsito boliviano para o Pacífico, mas isto não elimina o estado de tensão entre os dois países. No jornal "Extra" de La Paz, edição de 28 de janeiro de 2015, era possível ler o título de uma reportagem da capa: "Pedimos ao Chile para não mentir sobre o livre trânsito". Durante a posse de Evo Morales em janeiro de 2015 (eleito para mais um mandato), grupos pressionavam para a adoção de uma posição boliviana mais firme quanto à questão marítima que envolve o Chile (EVO..., 2015).

---

<sup>3</sup> Cobija era o nome dado a um pequeno porto boliviano no Pacífico, abandonado após a Guerra do Pacífico. Como um esforço para o resgate da memória, o mesmo nome foi dado ao povoado de Bahia, que viria então ser a capital do Departamento de Pando, na Amazônia boliviana.

## MAPA 1 - Perdas Territoriais da Bolívia para o Brasil, Paraguai e Chile



## O governo Evo Morales

O processo de construção do Estado boliviano produziu, desde os tempos da colônia, uma nítida fragmentação em sua forma, acarretando numa composição étnica, social e econômica profundamente complexa, marcada por um histórico permanente de tensão, expresso, sobretudo, na convivência conflitiva entre os diversos grupos sociais antagônicos (VIANA; MIGUEL, 2012). Registra-se na história da Bolívia, notoriamente no século XX, uma longa luta da classe operária contra poderosos oligarcas ligados à mineração e à agricultura. As cordiais relações que envolviam o mercado exterior, o governo e as oligarquias contribuíam para a supressão das conquistas sociais, fazendo inclusive com que, em momentos de crise (como a de 1929), a condição de trabalho se deteriorasse. Existem episódios traumáticos que envolvem as disputas entre as classes bolivianas, como, por exemplo, o massacre de Catavi, ocorrido em 1942 (ANDRADE, 2007). Na história boliviana, ao lado da repressão à classe trabalhista, está a repressão aos povos indígenas. Esta, contudo, não é a única cisão do país. As contradições que envolvem o local e o nacional (e às vezes, o transnacional), o indígena e o mestiço, o rural e o urbano, os quéchuas (ou aimarás ou guaranis) e os espanhóis, o pensamento político econômico estatal-intervencionista e o liberal, os altiplanos e as planícies<sup>4</sup>, os movimentos camponeses e mineiros, as leis e os costumes, são todos ingredientes que adicionam um desafio à governabilidade do país (GOODALE, 2009). De todos os países da América Latina, a Bolívia tem a maior proporção de habitantes indígenas. No Censo de 2001, 62% dos bolivianos alegaram pertencer a algum grupo étnico indígena, número muito mais expressivo, por exemplo, aos 25% do Equador. Aproximadamente 31% se identificam como quéchuas e mais de 25% como aimarás; os 6% restantes estão distribuídos entre chiquitanos (2,2%), guaranis (1,6%) e outros (MÁIZ, 2009). Nos anos 1990 houve repressão por parte dos governos bolivianos quanto à expansão do cultivo de coca. As ações contrárias ao cultivo da coca se multiplicaram no governo de Hugo Banzer Suárez (1997-2001), quando a então repressão praticada pelo governo transformou-se em uma guerra pela erradicação da coca (LINS, 2009), o que motivou protestos que foram bem

---

<sup>4</sup> Os bolivianos das terras orientais (planícies) são conhecidos como *collas*, enquanto que os das terras ocidentais (andinos) são conhecidos como *cambas*.

explorados pelos movimentos indigenistas do país (que viriam a alçar e sustentar Evo Morales posteriormente).

De um ponto de vista político pragmático, a eleição de Evo Morales criou uma expectativa de que o mesmo fizesse um governo alinhado às duas bandeiras históricas do seu partido MAS (*Movimiento al Socialismo*), fundado em 1987 como MAS-U (*Movimiento al Socialismo-Unzaguista*), com sede em La Paz mas com raízes em Cochabamba, e ligado ao movimento cocaleiro. Archondo (2006) sintetiza as características do movimento indigenista no trecho a seguir, destacando as duas grandes bandeiras políticas do mesmo:

(...) A corrente indigenista, expressa as vozes de Loayza, Muñoz, Vilca, Chura e Bautista. Para eles, Evo Morales encarna o ressurgimento de uma nação aimará e quéchua, que sempre viveu no abrigo de um Estado estrangeiro servindo a grupos étnico-culturais minoritários. Os seus discursos defendem a prática de um etnonacionalismo cuja meta principal parece ser a expulsão de todos os resquícios da colonização europeia e de suas estruturas estatais. A palavra chave é *pachakuti*, que expressa o retorno à ordem desarranjada em 1532 e a reinstalação dos bons e velhos valores do mundo andino, desalojados durante o período colonial e republicano por poderes estrangeiros (...).

Em segundo termo, atender as expectativas de uma esquerda que se define como antiimperialista, capaz de reconstruir um Estado forte capaz de impor regras às empresas transnacionais que controlam a indústria energética. (ARCHONDO, 2006, p.10, Tradução Nossa).

O quadro 1 sintetiza o diagnóstico dos problemas enfrentados pela Bolívia antes da chegada de Evo Morales ao poder.

**QUADRO 1 - Síntese do diagnóstico dos problemas bolivianos pré-Morales**

<b>Problema</b>	<b>Causas</b>	<b>Antagonistas</b>
Bolívia vendida, dividida e submissa; destruição do Estado boliviano; extermínio dos povos nativos; exclusão da população indígena na fundação da Bolívia em 1825; espoliação dos recursos naturais; colonização e submissão ao imperialismo.	500 anos de pilhagem e extermínio; neoliberalismo, imperialismo; transnacionalização; política externa dos Estados Unidos; corrupção; democracia ocidental importada e o racismo.	Agentes externos e seus aliados locais; Os Estados Unidos e as potências estrangeiras; corporações multinacionais; aliados dos poderes externos locais como García Meza e Sanchez Losada; oligarquia nacional impatriótica; partidos tradicionais e Forças armadas dos Estados Unidos na Bolívia.

Fonte: Adaptado de Máiz, 2009.

As transformações observadas a partir do governo Morales precisam ser analisadas mediante a conjuntura regional. A década de 1990 representou para a América Latina uma guinada rumo ao neoliberalismo, simbolizada pelo Consenso de Washington (1989). A diminuição do aparelho estatal em nome da redução de gastos públicos previa o aumento da eficácia e da modernização produtiva. Contudo, a maior presença do capital estrangeiro a partir da venda de estatais economicamente nevrálgicas não foi acompanhada pela melhoria do quadro social (pelo menos na velocidade em que desejava as lideranças políticas de oposição ao projeto neoliberal), o que permitiu a reinvenção do discurso antiliberal, que havia sofrido um revés a partir do desfecho da Guerra Fria. O processo descrito permitiu a ascensão de uma “nova esquerda latino-americana”:

A emergência de novas figuras como Michelle Bachelet no Chile, Rafael Correa no Equador e até mesmo Luís Inácio Lula da Silva no Brasil, a reeleição do presidente Chavez, a emergência do MAS como uma nova força política hegemônica na Bolívia e a eleição do presidente Morales, podem ser compreendidos à luz do descrédito e da decadência do modelo neoliberal e da crise dos partidos tradicionais que eram incapazes de oferecer soluções viáveis para o povo. (MUNOZ-POGOSSIAN, 2008, p.204, Tradução Nossa).

A ascensão ao poder de Hugo Chavez na Venezuela em 1999 deu início a um projeto nacional-populista na América do Sul que teve influência regional. Os elementos venezuelanos são semelhantes: o endurecimento das relações com os Estados Unidos, o fortalecimento do Estado nas relações sociais e econômicas e o emprego de um populismo que recorre ao discurso bolivariano (de Simon Bolívar) de unidade latino-americana (ALBUQUERQUE, 2009). Destaca-se como ação diferencial no caso venezuelano o uso do poder econômico, derivado de suas imensas reservas petrolíferas, para projetar a influência do país no âmbito regional.

Para muitos bolivianos, a vitória presidencial de Morales em 2005 significou uma oportunidade para a mudança histórica. Pela primeira vez na história republicana da Bolívia, um presidente que se autodeclarava indígena havia sido eleito (KLEIN, 2011). Para Benjamin Dangl (2007), a popularidade de Morales nasceu e foi impulsionada pelos efeitos nocivos (tanto para a classe trabalhadora como para os povos indígenas) do neoliberalismo no país e os bolivianos esperavam que o novo presidente pudesse batalhar intensamente contra estas políticas. Muitas das expectativas em relação ao governo Evo Morales se cumpriram. Hebert S. Klein

(2011) lista o quadro das mudanças pós-2005 que são compatíveis com aquilo que se esperava de Morales:

Devagar e com muito cuidado o governo Morales renacionalizou a produção de óleo e gás, assumiu todas as telecomunicações, todas as empresas de eletricidade, mesmo as de cooperativas nacionais, propôs a eliminação de planos de previdência privada, recriou uma empresa de companhia aérea estatal, nacionalizou duas fundições suíças, e, sistematicamente, empurrou para o controle estatal a exploração dos recursos minerais de ferro e lítio. Lenta, mas firmemente o Estado está se tornando o jogador dominante na economia nacional por meio de empresas estatais que foram criadas ou revitalizadas, sendo este um programa que só algumas das outras nações latino-americanas tem tentado, mesmo se levando em conta aquelas que rejeitaram as políticas mais extremas da era neoliberal da década de 1990. Desde janeiro de 2006, quando assumiu o poder, o governo Morales nacionalizou um total de 12 grandes empresas estrangeiras e uma cooperativa nacional de eletricidade. (KLEIN, 2011, p.288, Tradução Nossa).

O ato mais significativo foi a nacionalização do gás e do petróleo boliviano que era explorado por um conjunto de empresas internacionais, dentre elas a companhia de petróleo brasileira Petrobras (KLEIN, 2011). O governo soube explorar bem o episódio e a nacionalização trouxe grande repercussão interna. Nas empresas estrangeiras faixas foram estendidas nas fachadas com os dizeres: "Nacionalizado: pertence ao povo boliviano!". (DANGL, 2007, p.201). A dimensão da repercussão também se explica pelo imenso peso do gás e do petróleo no total das exportações bolivianas. Quando Evo Morales assumiu o poder em 2006, o setor energético era responsável pela maior parte das receitas geradas pelas exportações bolivianas (Tabela 1).

**TABELA 1 - Exportações bolivianas em US\$ e a participação dos hidrocarbonetos (2000-2006)**

Ano	Gás Natural	Petróleo e outros derivados	Total dos hidrocarbonetos	Total das exportações	Participação dos hidrocarbonetos em %
2000	122	44	166	1.246	13,3
2001	237	52	289	1.285	22,5
2002	266	65	331	1.299	25,5
2003	390	101	491	1.598	30,7
2004	620	219	839	2.146	39,1
2005	1086	342	1428	2.791	51,1
2006	1672	368	2040	3.863	52,8

Fonte: Crabtree; Molina; Whitehead, 2009.

Antes da chegada de Evo Morales ao poder, existiam diversos acordos entre o Brasil e a Bolívia ligados a exploração dos hidrocarbonetos. O mais antigo deles é um tratado sobre a saída e o aproveitamento do petróleo boliviano que data de 1938. Nele, ficou acertado que os estudos topográficos e geológicos para estimar as jazidas bolivianas teriam os custos divididos entre os dois países e que as despesas para a realização dos estudos seriam reembolsadas através dos benefícios oriundos da exploração (DUARTE; SARAIVA; BONÉ, 2008). Mais recentemente, em 1993, foi firmado o acordo de compra e venda do gás boliviano para o Brasil. Este acordo define o volume a ser enviado de gás natural para o Brasil por dia, bem como as atribuições da Petrobras e da YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*, estatal boliviana dedicada à exploração, destilação e venda do petróleo e seus derivados) no processo de gestão da produção de petróleo e gás boliviano. Em 1997, o Brasil construiu ainda um gasoduto que liga Santa Cruz de La Sierra à Porto Alegre, passando por importantes centros econômicos e demográficos brasileiros. Durante o processo de privatizações de empresas estatais bolivianas ocorrido na segunda metade da década de 1990, a Petrobrás tornou-se acionista majoritária de refinarias e campos de produção na Bolívia. (DUARTE; SARAIVA; BONÉ, 2008). Com a ascensão de Evo Morales e a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, instaurou-se uma crise entre o Brasil e a Bolívia que teve como desfecho um rearranjo do papel na Petrobras na exploração dos recursos naturais do país vizinho.

Com menor repercussão, outra ação de Evo Morales que envolveu as relações entre Brasil e Bolívia foi a desapropriação das terras dos brasileiros que ocupavam a faixa de fronteira boliviana, que possui 50 km de extensão contados a partir do limite territorial do país. A ação atingiu, no Departamento de Pando, 1.254 brasileiros que viviam da exploração da borracha, tendo sido implementada em 2008 (MORAIS; PAULA; ESPÍNDOLA, 2011). Os brasileiros com propriedades rurais na Bolívia receberam as primeiras notificações de desapropriação em 2006, e, desde então, passaram a ficar vulneráveis economicamente, recebendo ofertas financeiras muito baixas sobre o seu imóvel rural e benfeitorias (CORREIA; VALENCIO, 2010).

Apesar do populismo entremeado no etnonacionalismo de Evo Morales, existe uma oposição articulada contra o seu governo. São conhecidas as

dificuldades do presidente Morales desde a Assembleia Constituinte<sup>5</sup>. As medidas adotadas desde a sua ascensão ao poder em 2006 feriram o interesse de muitos grupos poderosos no país ligados a oligarquia boliviana. São notórias as diferentes concepções que se manifestam nas planícies dos Departamentos que formam a região conhecida como Meia-Lua (Pando, Beni e Santa Cruz) e nos altiplanos. Isto explica a turbulência política que envolveu o país nos referendos de autonomia departamental, já que havia uma cisão quanto à sua forma:

(...)os governadores (*prefectos*) opositoristas queriam a prevalência dos resultados de cada departamento: ter-se-ia mais autonomia onde o “sim” vencesse, respeitando-se as “vontades departamentais”. Para o governo central deveria valer o resultado agregado, impondo-se a todos a “vontade nacional”. Em quatro departamentos – Santa Cruz, Pando, Beni e Tarija, que se designam partes da chamada “meia-lua”, com adjetivações exaltando a eficiência econômica e a prosperidade – ganhou o “sim”, mas a recusa venceu nacionalmente. (LINS, 2009, p.236).

Como fato recente das relações Brasil e Bolívia é importante destacar a crise diplomática ligada ao acolhimento (asilo político) do opositorista e então senador boliviano Roger Pinto Molina, ocorrido em 2012. Este político foi acusado pelo governo da Bolívia de participação no episódio conhecido como Massacre de Pando, tendo a sua prisão decretada pelas autoridades do país (CEPPI, 2014). Molina refugiou-se na embaixada brasileira de La Paz onde permaneceu durante 15 meses. Neste período, já com a prisão decretada, teve vários salvo-condutos negados pelo governo da Bolívia. A situação do político boliviano mobilizou o diplomata brasileiro Eduardo Saboia a organizar uma operação que conduziu Molina até a cidade brasileira de Corumbá, situada junto ao limite Brasil e Bolívia. A operação foi conduzida sem a autorização da presidente Dilma Rousseff. Depois de meses de negociação entre os corpos diplomáticos do Brasil e Bolívia, o episódio resultou em um esforço brasileiro para findar a tensão diplomática com o país vizinho. Como principal ação de conciliação se posiciona a substituição de todo o corpo diplomático brasileiro em La Paz e do próprio Ministro das Relações Exteriores do Brasil, cargo que era ocupado naquele contexto por Antônio Patriota (CEPPI, 2014). Admite-se,

---

<sup>5</sup> Nas negociações que envolveram a discussão sobre a implementação do referendo de autonomia do país, Lins (2009, p.235) argumentou: “Sobre a Assembleia, o foco dos atritos era o sistema de votação da matéria constitucional. A Lei de Convocatória definiu que 2/3 dos votos representariam o limite mínimo para a aprovação. Como o governo não conseguiu número de constituintes que desobrigasse a negociação com os opositores, passou a reivindicar que, em vez de 2/3, bastasse a maioria simples.”

mediante o episódio em questão, que o Brasil acabou envolvido com a conturbada relação de conflito entre as forças políticas internas da Bolívia, o que trouxe sérias repercussões diplomáticas para a administração Dilma Rousseff.

Com o agravamento da crise política brasileira no início de 2016, Evo Morales foi uma das vozes a expressar apoio ao governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil contra a tramitação do processo de *impeachment*, solicitando uma reunião urgente na UNASUL para tratar do tema. Para Morales, a América Latina deve se unir contra a direita que busca retomar o poder através de golpes de Estado (EVO MORALES...,2016).

### **Considerações Finais**

Como expressamos anteriormente, o desenvolvimento histórico e político-territorial boliviano ajudam a entender o processo que conduziu e sustenta Evo Morales no poder. Ainda que haja uma oposição relativamente articulada na Bolívia ao etnonacionalismo de Morales, os apoiadores do líder político de origem indígena são estimulados por um passado de alijamento social e de vantagens às forças internacionais que dilapidaram o território boliviano. Deste modo, a fórmula do Estado forte se explica como uma reação a estas mazelas e como uma tentativa de fazer valer a soberania Boliviana, outrora tão ameaçada pelas suas perdas territoriais em conflitos regionais. O artigo em questão não procura fazer uma defesa da gestão Morales, mas apenas considerar os fatos internos e inerentes ao processo político boliviano e que, muitas vezes, são desconsiderados em abordagens jornalísticas ou mesmo acadêmicas. Se a posição fortemente soberanista boliviana parece estar “fora do tempo” de uma utópica realidade histórico-linear dos desenvolvimentos dos regimes políticos, precisamos encontrar na própria linearidade histórica as forças que motivaram o caráter *sui generis* de seu regime.

## Referências

ANDRADE, Everaldo Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Editora Unesp, 2007, 183 p.

ARCHONDO, Rafael. Quéle espera a Boliviacon Evo Morales? **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, marzo/abril 2006, p.4-12.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. Geografia e Geopolítica na Bolívia Revolucionária. **Didáticas Específicas**, Madri, volume 1, p.204-221, 2009.

CASTRO, Victoria; ALDUNATE, Carlos; VARELA, Varinia. **Revista de Antropología**, La Paz, número 26, 2º semestre, 2012, p.97-128.

CEPPI, Natalia. Las relaciones Bolivia-Brasil em el siglo XXI: Comercio Energético y Tensiones diplomáticas. **BJIR**, Marília, Volume 3, Edição 2, 2014, 258-283.

CHILE activa su defensa el día que Evo jura. **La Razón**, La Paz, 23 de enero de 2015, Caderno Nacional, p. A7.

CORREIA, Diego; VALENCIO, Norma. Sociabilidades na fronteira: dimensões simbólicas de perdas de brasileiros em desterritorialização na Bolívia. **VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas, 2010.

CRABTREE, John; MOLINA, George Gray; WHITEHEAD, Laurence. **Tensiones Irresueltas: Bolivia, pasado y presente**. La Paz: PNUD, 2009, 295 p.

DANGL, Benjamin. **The price off fire: Resource Wars and Social Movements in Bolivia**. Oakland: AK Press, 2007, 227 p.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; CAMPOLINA, Maíra. Raízes histórico-geográficas da formação e dilapidação do território boliviano. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, volume 31, número 3, set/dez, 2006, p.505-526.

DUARTE, Bernardo Pestana Mello C.; SARAIVA, Thiago Carvalho; BONÉ, Rosemarie Bröker. Impacto na relação Brasil-Bolívia com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos em 2006. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, volume 36, número 1, 2008, p.87-98.

EVO inicia su tercer mandato. **Página Siete**, La Paz, 22 de enero de 2015, capa.

EVO MORALES solicita reunião de emergência no Unasul para “defender democracia brasileira”. Operamundi, São Paulo, caderno América do Sul, 19 de março de 2016, disponível em <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/43550/evo+morales+solicita+reuniao+de+emergencia+da+unasul+para+defender+democracia+brasileira.shtml> Acesso em 25 de março de 2016.

GISBERT, Carlos D. Mesa; MESA, José de; GISBERT, Teresa. **Historia de Bolivia**. La Paz: Editorial Gisbert, 2012, 747 p.

GOODALE, Mark. **Dilemmas of modernity: Bolivian encounters with law and liberalism**. Stanford: Stanford University Press, 2009, 245 p.

Revista de Geopolítica, v. 8, nº 1, p. 33 - 47, jan./jun. 2017.

KLEIN, Hebert S. **A concise history of Bolivia**. New York: Cambridge University Press, Second Edition, 2011, p.361.

LINS, Hoyêdo Nunes. Estado e embates socioterritoriais na Bolívia do século XXI. **Revista de Economia Política**, São Paulo, volume 29, número 2, abril-junho 2009, pp.228-244.

MAÍZ, Ramón. Indianismo e etnonacionalismo na Bolívia. **Tensões Mundiais: Revista do Observatório das Nacionalidades**. Fortaleza, Volume 5, Número 8, jan/jul 2009, p.12-39.

MORAIS, Maria de Jesus; PAULA, Elder Andrade de; ESPÍNDOLA, Mariette de Souza. Mobilidade territorial de famílias seringueiras na zona de fronteira do Acre (Brasil) e Pando (Bolívia). **Revista Geográfica de América Central**. San José, número especial EGAL, II semestre de 2011, pp.1-17.

MUÑOZ-POGOSSIAN, Betilde. **Electoral Rules and the transformation of Bolivian Politics: The Rise of Evo Morales**. New York: PalgraveMacmillan, 2008, 240 p.

REYES, Fernando Siliano. As perdas territoriais do Estado Boliviano. **Espaço e Tempo**, São Paulo, Edição especial, p.161-181, 2009.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão; MIGUEL, Vinícius Raduan. Bolívia: ascensão indígena ao poder e o Movimento ao Socialismo (MAS). **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Volume 1, Número 1, jun/jul, 2012, p.88 a 106.

**Recebido em 20.09.16**

**Publicado em 27.02.17**